

Equipe estuda criação de um novo fundo

O Governo pretende criar mais um fundo — o Fundo Nacional de Descentralização Administrativa (FNDA), que reunirá as verbas envolvidas na reforma administrativa. Técnicos da área econômica revelaram ontem que os estudos preliminares apontam para a criação de uma Agência Extraordinária de Descentralização Administrativa, através de projeto de lei complementar ou de emenda constitucional, que gerenciará o fundo.

As discussões estão se realizando entre os ministérios da Fazenda, do Planejamento e da Administração Federal. A reforma pretendida inclui a extinção de órgãos e programas e a transferência de funções para estados e municípios. Segundo um dos participantes, junto com algumas das novas atribuições, os estados e municípios receberão também as verbas previstas para sua reali-

zação. Este dinheiro é que comporá o FNDA, e será repassado para as outras esferas de governo à medida que governadores e prefeitos assumam novas responsabilidades administrativas.

Parte dos recursos economizados com a reforma irá para novos programas de construção de moradias e de saneamento básico. A agência e o fundo farão parte do Programa Nacional de Descentralização, que será proposto ao Congresso Nacional pelo presidente Itamar Franco.

As idéias aprovadas até agora pelos técnicos são a extinção dos ministérios do Bem-Estar Social e da Integração Regional (MIR). A Sudam e a Sudene (Superintendências de Desenvolvimento da Amazônia e do Nordeste), ligados ao MIR, vão para o Planejamento, e serão agrupadas em um novo órgão, a Secretaria de Desenvolvimento Regional.

Os recursos do Finam e Finor (Fundos de Investimento da Amazônia e do Nordeste), base dos projetos das superintendências, passarão a ser gerenciados respectivamente pelo Banco da Amazônia (Basa) e Banco do Nordeste do Brasil (BNB).

Dnocs — A Suframa, também ligada ao MIR, passaria para o Ministério da Indústria, Comércio e Turismo. E o Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (Dnocs), que ficou famoso por construir poços em propriedades particulares, seria extinto.

O Ministério da Cultura voltaria a integrar a Educação, recompondo o extinto MEC. Os ministérios dos Transportes e Comunicações também seriam reunidos em uma única pasta. Os ministérios das Minas e Energias, Saúde, Previdência Social, Justiça, Relações Exteriores e os militares não seriam atingidos pela reforma.